

A presença militar atual dos EUA na América do Sul e no Atlântico Sul e seus reflexos para o Brasil

*Flávio Zylberberg Balbino Figueira**

Introdução

A relação entre os Estados Unidos da América (EUA) e a América do Sul tem sido complexa e multifacetada. Ela teve início, de forma limitada, antes mesmo do século XIX, e ganhou nova dimensão a partir da criação da Doutrina Monroe, em 1823. Desde então, a referida doutrina tem sido invocada por diversos presidentes, como Theodore Roosevelt e John Kennedy, com o objetivo de justificar seus interesses na América, o que remete à Teoria das Pan-Regiões, de Ernst Haushofer: “O mundo seria dividido em quatro Pan-regiões, a saber: a Pan-América, liderada pelos EUA, a Euráfrica...” (MAFRA, 2006, p. 115).

Além disso, segundo a Teoria da Incerteza de Pierre Lellouche (1992), o mundo enfrenta hoje uma realidade difusa, pós-Guerra Fria, na qual há diversos fatores de “Desordem Mundial”, com intensificação do conflito Norte-Sul, que ameaçam a hegemonia mundial norte-americana. (MAFRA, 2006). Nesse cenário, os EUA buscam, em todo o mundo, e em particular na América do Sul e no Atlântico Sul, traçar estratégias que assegurem seus interesses, sua liderança

e hegemonia, o que leva, em muitos casos, à sua presença militar na área.

Ainda nesse cenário, os países sul-americanos encontram-se de certo modo vulneráveis, enfrentando diversos problemas econômicos e sociais, e tendo dificuldades em vencer as barreiras que os separam do mundo desenvolvido. Dentre esses países, destaca-se o Brasil, com vocação para a liderança regional, em virtude de possuir a maior área territorial, com 8.547.403 km², a maior população, com cerca de 207 milhões de habitantes, e a maior economia da região, com PNB de US\$ 1,7 trilhão em 2016. Entretanto essa liderança se depara com a presença dos EUA na região, ocupando espaço nas diversas expressões do poder nacional (política, militar, econômica, psicosocial e científico-tecnológica).

De fato, a presença estadunidense aumentou na última década do século XX, sobretudo devido ao lançamento do Plano Colômbia, no governo Clinton. No momento atual, ela ainda existe em toda a região, havendo diferentes pontos de vista sobre como contribui para os países sul-americanos e como afeta o Brasil. Nesse sentido, há visões positivas, como a do Secretário de

* Maj Art (AMAN/2002, EsAO/2011, ECEME/2019), possui o Curso de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe/2006) e o Curso Avançado de Artilharia Antiaérea no Fort Sill, EUA (2013). Atualmente serve no Comando da 1º Bda AAAe (Guarujá-SP).

Produtos de Defesa (Seprod) do Ministério da Defesa, Flávio Basílio, sobre a operação Amazon-Log, exercício militar criado pelo Exército Brasileiro, com participação de tropas dos EUA:

É mais um passo no sentido de nos reaproximar dos americanos, possibilitando parcerias importantes na área tecnológica, que representarão um incentivo importante para a nossa Base Industrial de Defesa e para o País como um todo.

Por outro lado, há visões contrárias, como a do professor argentino Carlos Pereyra Mele, sobre a presença de tropas dos EUA no Paraguai, em matéria da Terra/Mundo, de 25 de agosto de 2012: “os norte-americanos têm interesse na manutenção de sua hegemonia na região, em detrimento de uma integração latino-americana”.

Dessa forma, este artigo procura se debruçar sobre essa questão e analisar em que medida a presença militar dos EUA na América do Sul e no Atlântico Sul, nos dias atuais, traz reflexos para o Brasil.

Este estudo analisa a presença militar norte-americana na maior parte do entorno estratégico brasileiro e os reflexos dessa presença nas diversas expressões do poder nacional brasileiro, oferecendo subsídios para estudos posteriores, servindo de apoio para elaboração de estratégias nacionais e chamando a atenção para possíveis oportunidades para o desenvolvimento do País.

Histórico da política norte-americana para a região

O conhecimento dos principais aspectos históricos das relações políticas entre os EUA e a América Latina e, inseridos nesse contexto, a América

do Sul e o Atlântico Sul, permite conhecer a importância econômica e geopolítica da região para os norte-americanos ao longo do tempo. Assim, inicialmente, parte-se do ano de 1823, quando o presidente James Monroe divulgou a Doutrina Monroe, na qual os EUA declararam a América como sua área de influência, não permitindo interferência dos países europeus na região e distinguindo de vez o Novo do Velho Mundo no contexto geopolítico mundial (SCHILLING, 2002).

Pouco tempo depois, o presidente Theodore Roosevelt (1901-1909) afirmou e reforçou a Doutrina Monroe através do chamado Corolário Roosevelt, mediante o qual racionalizou o direito de intervir na América Latina em casos de crise ou dificuldades em pagar a dívida externa (BANDEIRA, 2008, p. 10). No ano de 1912, a Diplomacia do Dólar, estabelecida pelo presidente William Howard Taft (1909-1913), trouxe outra forma de influência: a concessão de empréstimos, priorizando o campo econômico.

Por ocasião do fim da 1ª Guerra Mundial, o presidente Woodrow Wilson (1913-1921) empenhou-se em conservar a região como área de influência exclusiva dos Estados Unidos, ao incluir, no Pacto da Liga das Nações, o art. 21, determinando que nada seria considerado que pudesse “afetar a validade de acordos internacionais [...] a exemplo da Doutrina Monroe” (BANDEIRA, 2008). Já o presidente Franklin D. Roosevelt (1933-1945) inaugurou a “Política da Boa Vizinhança”, visando recuperar as relações com a América Latina, deterioradas por políticas como a do *Big Stick*. Foi a época da aproximação cultural, na qual se buscou empregar o *Soft-Power*.

A 2ª Guerra Mundial evidenciou a importância geopolítica da América do Sul na estratégia dos Estados Unidos. Devido à proximidade política à

época, o Brasil cedeu terreno para a construção das bases de Belém do Pará e de Parnamirim-Natal, de onde os norte-americanos estabeleceram uma ponte-aérea com o continente africano.

Em 1947, já após a Guerra, os EUA celebraram o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que previa a defesa mútua em caso de ataque externo, criando, assim, uma zona de segurança do Polo Norte à Patagônia. No ano seguinte, em 1948, foi criada a Organização dos Estados Americanos (OEA), com objetivo de excluir a América Latina da jurisdição imediata da ONU. O fim da 2ª Guerra Mundial também trouxe consigo o início da Guerra Fria. O presidente Harry Truman (1945-1953) lançou, então, a Doutrina Truman, que visava conter o avanço comunista no mundo, inclusive na região em questão.

Com a dissolução da União Soviética e o fim da Guerra Fria, em 1991, os EUA emergiram como a única superpotência. Procuraram disseminar o neoliberalismo, como doutrina econômica, com a América do Sul, procurando atender às orientações do chamado Consenso de Washington. Nessa época, houve a proposta de formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que visava criar um espaço econômico comum em toda a região. A grande maioria dos países sul-americanos, porém, recusou o acordo.

No início do século XXI, com os atentados de 11 de setembro, os EUA iniciaram a grande luta contra o terrorismo, que teve como marco o lançamento da chamada Doutrina Bush. Uma vez mais, a América do Sul se inseriu no contexto norte-americano (até mesmo pela invocação do TIAR), apoiando diversas medidas, como maior controle de fluxos financeiros e fornecimento de dados de inteligência.

Chegando aos dias atuais, a região vive nova realidade, vencido o período no qual a maioria dos países da América do Sul teve experiências de governos com características socialistas e se distanciou dos EUA. Agora, boa parte da região conta com governos mais alinhados com os valores norte-americanos, a exemplo do Brasil, e busca uma aproximação. Como ponto de convergência, têm-se a condenação de regimes socialistas autoritários, como o governo bolivariano de Nicolás Maduro, na Venezuela.

A presença militar dos EUA na região América Andina

Nesta região, a Colômbia tem sido a principal parceira dos EUA, em muito devido ao advento do Plano Colômbia (2000), que possibilitou o intercâmbio de equipamentos e pessoal militares, adoção da doutrina militar norte-americana e investimentos de mais de 10 bilhões de dólares. Além disso, os EUA passaram a acessar bases como a de Tolemaida e Palanquero, operando equipamentos como radares, porém sem a expectativa de posse do local, possibilidade suspensa, desde 2010, pela Corte Constitucional da Colômbia. Após o início do processo de paz com as FARC (2016), o encerramento do Plano Colômbia não significou o fim da entrada de recursos nem o fim da cooperação militar, tendo em vista sua imediata substituição pelo Plano Paz Colômbia.

Assim, atualmente, ainda existe grande número de exercícios militares operacionais e de treinamento entre a Colômbia e o Comando Sul dos Estados Unidos (SOUTHCOM), como o treinamento da Brigada Colombiana Contra Narcóticos, orientado pelo 7th Grupo de Forças

Especiais, desde 2014. Além disso, em 2017, o país assinou um programa de cooperação e parceria com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que formalizou a Colômbia como parceira com acesso a grande leque de atividades de cooperação. Observa-se, ainda, que a maior parte da sociedade desse país apoia a cooperação com os EUA, tendo em vista a ajuda na luta contra o narcotráfico e as guerrilhas.

Em relação ao Peru, a presença militar dos EUA tem aumentado nos últimos anos. O congresso peruano tem aprovado a entrada de tropas americanas no país para treinamentos, como em 2015, quando autorizou o desembarque de militares do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos – USMC. A mesma resolução também previu dilatação dos prazos de permanência do USMC, segundo interesses conjuntos de cooperação para atividades de contraterrorismo, narcotráfico e guerrilha. Em relação ao poder militar naval, o Peru sediou, em 2018, o exercício binacional SIFOREX (*Silent Forces Exercises*), com presença da Quarta Frota dos EUA.

Já o Chile é um dos maiores parceiros norteamericanos na região. No ano de 2012, os EUA acordaram em financiar um complexo para operações militares em terreno urbano (*MOUT*, em inglês) na base naval do Forte Aguayo, para fins de treinamento, de acordo com a doutrina militar dos EUA, oferecido para militares de diversos países. O mesmo acordo também permite às tropas estadunidenses entrarem no Chile quando o Exército Chileno se achar sobrecarregado por alguma situação de emergência. Por volta de 2013, o governo dos EUA já destinara US\$ 45 milhões em apoio policial e militar para o Chile. A

cooperação entre os dois países envolve exercícios conjuntos, intercâmbios, participação chilena no treinamento da Guarda Nacional dos EUA e compras militares de quase US\$ 1 bilhão em 20 anos.

Quanto à Venezuela, desde a chegada ao poder de Hugo Chavez (1999), ocorreu cada vez maior distanciamento e, devido aos atuais antagonismos com o governo Maduro, não existe intercâmbio militar, exercícios conjuntos ou projetos de cooperação.

Em relação ao Equador, a presença militar dos EUA era grande até 2009, devido à existência da Base Aérea e Naval de Manta, que custou US\$ 62 milhões, com capacidade para controlar o espaço aéreo em um raio de 400km. Entretanto, em 2009, o prazo para utilização da base acabou e não foi renovado pelo governo de Rafael Correa, por motivos ideológicos e por insatisfação de parte da sociedade. O presidente Correa encerrou seu governo em 2017 e, desde então, tem havido discreta reaproximação militar do país para com os EUA. No ano de 2018, um grupo de soldados da Guarda Nacional do Kentucky participou de atividade de manutenção de veículos *Humvee* em Quito e Guayaquil, dentro do *State Partnership Program*.

Quanto à Bolívia, desde a assunção de Evo Morales (2006) e os antagonismos existentes entre a ideologia bolivariana e os EUA, a interação militar entre os dois países praticamente cessou. No ano de 2016, o presidente boliviano denunciou supostas bases estadunidenses na região ao Conselho de Segurança da Nações Unidas (CSNU). No mesmo ano, abriu uma escola militar “anti-imperialista”, para combater a política externa dos EUA, a Escola Juan Jose Torres, em

Santa Cruz, deixando clara a intenção de se afastar da presença militar norte-americana.

América Platina

Nesta região, o presidente Mauricio Macri, da Argentina, buscou uma mudança de paradigma em relação ao governo anterior. Pouco depois de eleito, em 2015, aprovou a compra de 2 bilhões de dólares em equipamentos dos EUA. No ano de 2017, a Argentina comprou 12 aviões Beechcraft Texan II dos EUA para substituir os Tucanos brasileiros no treinamento de novos pilotos.

Além disso, o país buscou aprofundar as relações com os EUA no campo da segurança, com a organização de forças-tarefas conjuntas contra o crime internacional e o narcotráfico, como a existente na cidade de Salta, com agentes da DEA, órgão de combate às drogas dos Estados Unidos. A Argentina buscou, ainda, colaboração dos EUA para revitalizar um centro de análise na Tríplice Fronteira, para determinar qual é o alcance real do Hezbollah na região. Segundo o Secretário de Segurança Interna, Gerardo Milman:

É importante para nosso governo poder colaborar com eles e eles conosco. Oferecemos a eles um trabalho conjunto na Tríplice Fronteira, e cremos que também vamos poder contar com uma representação de outras agências que nos permitam ter uma visão mais profunda do que está ocorrendo ali.

No ano de 2016, os presidentes Macri e Obama entraram em acordo para desenvolver um projeto de cooperação militar. Entre os pontos do acordo, estava a instalação de duas bases militares onde haveria presença dos EUA: uma na região da Tríplice Fronteira e outra em Ushuaia. Apesar disso, o projeto tem recebido protestos

por parte da sociedade argentina, uma vez que a primeira base se projeta sobre o Aquífero Guaraní e a segunda sobre a Antártida, duas das maiores reservas de água doce do mundo. Entretanto, com a vitória eleitoral do presidente Alberto Fernandez, em 2019, ligado à família Kirchner há anos e com viés ideológico esquerdista, é de se esperar maior distanciamento das atividades argentinas com os EUA.

Quanto ao Uruguai, o país mantém boas relações com os EUA, apesar de não ocorrerem muitas atividades militares conjuntas. O país utiliza a doutrina militar norte-americana, além de ser um dos maiores contribuintes para missões de paz da ONU.

Em relação ao Paraguai, as relações no campo militar prosseguem dentro da normalidade. Visitas de alto nível ocorrem regularmente, como a do almirante Tidd, Cmt SOUTHCOM, ao presidente Cartes, em 2017, e a do presidente então recém-eleito Mario Abdo Benítez ao primeiro, em 2018. Os países mantêm ainda troca de experiências, como os exercícios realizados em 2017: *Joint Combined Exchange Training (JCET)*, que contou com 20 militares do 20º Grupo de Forças Especiais do Exército dos EUA, e o *Fuerzas Comando*, no qual equipes de Forças Especiais de 20 países, entre elas as dos EUA, competiram entre si.

Guianas

Na região das Guianas, os EUA não mantêm nenhuma base militar na República Cooperativa da Guiana, e as principais atividades neste país são de cunho humanitário. No ano de 2001, este país assinou o Acordo de Cooperação Marítima com os EUA, conhecido como *Ship Rider*, que permanece em vigor, e que permite às forças norte-americanas perseguir narcotraficantes nas águas

e espaço aéreo guianenses. Os países realizam também exercícios militares formais, como o *Fused Response*, de 2012, que envolveu 200 membros das Forças de Defesa Guianenses e 300 militares do Comando Sul de Operações Especiais dos EUA.

Em relação ao Suriname, os EUA provêm treinamento para oficiais, esquadrões antidrogas e polícia militar, de modo a formar parceria no combate às drogas, tráfico de pessoas e lavagem de dinheiro. A presença norte-americana no país para combater o narcotráfico gera certa ingerência, como a instalação de um sistema de radar para controlar os voos clandestinos no país e o remodelamento da infraestrutura aeronáutica, incluindo a construção de pista de pouso para aeronaves (SIGNORINI, 2004).

Quanto à Guiana Francesa, não há presença militar norte-americana relevante no país, uma vez que se trata de território francês, país aliado dos EUA e membro da OTAN.

Atlântico Sul

Em relação ao Atlântico Sul, a Quarta Frota da Marinha dos EUA, reativada em 2008, é a grande representante da presença militar dos EUA. O almirante Gary Roughead, Chefe de Operações Navais da Marinha dos EUA, disse, por ocasião da reativação da referida força naval, que:

A reconstituição da Quarta Frota reconhece a imensa importância da segurança marítima na parte sul do hemisfério ocidental, e envia forte sinal a todos os serviços marítimos militares e civis na América Central e Latina [...] O alinhamento da Quarta Frota com nossas outras frotas numeradas e a provisão de suas capacidades e pessoal são uma execução lógica da nossa Estratégia Marítima.

Desde então, a presença da Quarta Frota tem se feito sentir. No caso do desaparecimento do submarino argentino A.R.A San Juan, em 2015, por exemplo, os Estados Unidos foram o país que mais contribuiu para as buscas, valendo-se de sua capacidade logística, tecnológica e operativa e demonstrando alta capacidade de mobilização e dissuasão.

Em outro aspecto, a posição geográfica privilegiada do Brasil em relação ao Atlântico Sul é reconhecida pelos EUA. Além do caso histórico da utilização do Saliente Nordeste na Segunda Guerra Mundial, já abordado neste trabalho, outros fatos modernos comprovam a afirmação.

No ano de 2017, a Marinha dos Estados Unidos entrou em acordo com o Brasil para, a partir da Base Aérea do Galeão, operar com um Boeing P-8 Poseidon de Jacksonville, Flórida, com 20 militares, para executar missão de vasculhamento e resgate internacional ao navio coreano Stellar Daisy. Além disso, o Comando Aéreo de Mobilidade (AMC) dos Estados Unidos já demonstrou ter interesse em uma base aérea no Recife para garantir o reabastecimento de aeronaves do tipo C-17.

É importante ressaltar que os Estados Unidos compartilham a Ilha de Ascensão com a Inglaterra, onde têm uma base aérea e uma das cinco estações terrenas do sistema GPS.

Cabe lembrar que a soberania brasileira no Atlântico não é totalmente reconhecida internacionalmente. Segundo Maturana, 2017, uma parte da plataforma continental ainda não é reconhecida pela ONU como parte dos limites nacionais. Além disso, os EUA ainda não ratificaram a Convenção da Jamaica (1982), que reconheceu a soberania dos países na exploração de sua Zona Econômica Exclusiva.

Reflexos para o Brasil

Campo político

Conforme visto, a América Andina é a região com a maior presença militar norte-americana de modo geral. Verifica-se que a Colômbia encontrou forças para enfrentar as FARC com o advento do Plano Colômbia e apoio norte-americano, o que gerou dividendos políticos aos EUA e diminuiu a influência política brasileira na região. A entrada do país como parceiro da OTAN pode implicar o aumento das ingerências internacionais em assuntos regionais, provocando alterações no equilíbrio político regional. Isso exige que o Brasil aumente os estudos e análises sobre o assunto em todos os setores, de forma a prever possíveis impactos e traçar estratégias para garantir a soberania nacional. Além disso, é fundamental que o Brasil mantenha as políticas de combate a ilícitos e controle das fronteiras, sob pena de ser acusado de incapacidade quanto à administração territorial.

A presença militar dos EUA tem provocado aumento de tensões em certos países, como as ocorridas no Equador com a base de Manta, o que oferece oportunidades de ação por parte da diplomacia brasileira. Por outro lado, a presença militar dos EUA é geralmente bem aceita e mais difundida em países como o Peru, a Colômbia e o Chile, onde existe presença estável de militares, exercícios e centros de treinamento conjuntos. Essas experiências regionais são exemplos para o Brasil ampliar acordos políticos (e econômicos), como o realizado para a utilização do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, pelos EUA, que não restringe a participação de outros países também.

Em relação à América Platina, a presença militar dos EUA ocorre em menor grau, mas crescente. A Argentina promoveu aproximação

política e abertura para unidades de combate conjunto ao crime internacional e narcotráfico, porém a expectativa é de que essa afinidade seja minimizada.

Recentemente, os EUA reconheceram os cartéis mexicanos como organizações terroristas. A exemplo disso, poderiam prestar maior apoio político e, eventualmente, facilitar a aquisição de material para o combate ao crime organizado transnacional, especialmente o tráfico de entorpecentes no Brasil. Esse tipo de crime vem se fortalecendo e apresentando crescentes desafios para as forças de segurança do País, especialmente o Primeiro Comando da Capital (PCC).

Em relação ao Atlântico Sul, o Brasil necessita lidar com a possibilidade da projeção de poder da Quarta Frota dos EUA. Por outro lado, o Brasil deve reforçar sua presença e argumentação, nos diferentes fóruns internacionais, visando consolidar a tese de sua soberania na parcela reivindicada do oceano Atlântico. A presença militar dos EUA agrada parte da sociedade e causa desconforto e inveja em outra. Isso cria oportunidades para a diplomacia e o governo brasileiro, para aumentar a inserção nas sociedades vizinhas e reforçar sua natural liderança regional.

Por fim, o estreitamento das relações entre Brasil e EUA na região pode favorecer o apoio a pretensões brasileiras no âmbito internacional, maior protagonismo como membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como aliado extra-OTAN e, futuramente, pleitear uma vaga no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

Campo militar

A presença dos EUA na América Andina e nas Guianas, particularmente em ambiente de selva,

permite que ganhem experiência nessa área. O Brasil, também, vem aprimorando o adestramento e melhorando os equipamentos, a fim de que o País mantenha seu desempenho de escol nesse ambiente operacional.

Quanto à América Platina, tem havido interesse em parcerias com os EUA no combate ao terrorismo e aos ilícitos, como na Argentina, recentemente, e Paraguai. Da mesma forma, é uma oportunidade de unir esforços também com o Brasil, podendo haver ganho de *know-how* e troca de inteligência, contribuindo para a manutenção da segurança interna do País.

A experiência norte-americana pode ser aproveitada também no campo das operações interagências, tendo em vista que essa é a especialidade da Força-Tarefa Conjunta Sul Interagências, integrante do SOUTHCOM. Assim, seria interessante ao Brasil propor e realizar intercâmbios para trocar experiências nessas operações.

A existência da Quarta Frota, num eventual quadro de crise internacional, sugere que o País aumente sua capacidade de defesa aérea e naval, com o máximo de tecnologia nacional. Isso significa prosseguir, sem perda de foco ou redução dos investimentos, na breve construção e operacionalização do submarino nuclear brasileiro e nos projetos de renovação da frota, como no caso das corvetas.

Por outro lado, a presença de tropas norte-americanas em exercícios conjuntos, como o AmazonLog 2017, é muito interessante, pois permite ganho de *expertise* para formulação de doutrina, em setores como a logística.

Campo econômico

A venda de equipamentos norte-americanos para diversos países da região, como Colômbia,

Chile e Argentina, acaba diminuindo o mercado para produtos brasileiros de Defesa e exige que a nossa indústria militar se aperfeiçoe e se desenvolva ainda mais, para sobreviver diante da concorrência. Como exemplo, a Argentina, que adquiriu aeronaves Texan II para a sua Força Aérea, em substituição aos aviões brasileiros Tucanos. O Brasil, nesse caso, perdeu mercado, inclusive na renda relacionada à manutenção periódica dos aviões Tucano. Em relação ao Atlântico Sul, é fundamental manter o controle e investir na segurança das plataformas petrolíferas e das grandes reservas de petróleo do Pré-Sal, uma vez que constituem valiosa e estratégica reserva energética nacional.

Por outro lado, há que se ressaltar as oportunidades de negócios e parcerias com os norte-americanos, como o ocorrido entre a Boeing e a EMBRAER. No mês de julho de 2018, as empresas assinaram um acordo de intenções para formar uma *joint venture* na área de aviação comercial, avaliada em US\$ 4,75 bilhões. O acordo, que contou com a aprovação do governo Bolsonaro em 2019, permite o compartilhamento de novas tecnologias e a abertura de mercado para a EMBRAER, o que pode contribuir para o desenvolvimento da economia brasileira.

De maneira semelhante, foi acordada com os EUA a exploração comercial do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão. Nesse caso, o acordo foi muito importante, uma vez que os norte-americanos dominam boa parte da tecnologia espacial e restringiam o acesso ao espaço por lançadores e satélites com componentes daquele país. Esse acordo não impede o lançamento de satélites de outras nações e garante ao

Brasil, adicionalmente, boa renda proveniente do aluguel dessas instalações.

Campo psicossocial

De modo geral, os EUA, com seu poderio militar, econômico e logístico, podem prestar apoio a situações de calamidade pública, desastres naturais, epidemias, campanhas de vacinação e apoio sanitário, entre outros. Exemplos disso são a ajuda militar de resgate ao submarino argentino San Juan, a realização de MEDRETES (exercícios de treinamento médico) e a construção de instalações escolares no Suriname.

Esse potencial decorre da facilidade, recursos materiais e planejamento acurado para mobilizar grandes efetivos e meios militares em curto espaço de tempo. Isso contribui para melhorar a imagem daquele país perante a opinião pública, contribuindo para a sua liderança e servindo de inspiração para o Brasil.

Campo científico-tecnológico

Em toda a região, com destaque para a Colômbia e o Chile, a venda de armamentos e equipamentos norte-americanos, de ótima qualidade, diminui o mercado para produtos brasileiros. Para manterem-se competitivos, o governo nacional e a Indústria Nacional de Defesa necessitam investir mais em ciência, tecnologia e inovação (C,T&I), para conquistar e manter mercados.

A presença militar dos EUA sugere que o Brasil dê maior prioridade ao fomento da pesquisa na área de C,T&I, como no Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil, o que é fundamental para reduzir a distância tecnológica entre os países e aumentar o poder de dissuasão nacional.

Acordos binacionais poderão auxiliar o Brasil no acesso a novas tecnologias norte-americanas, à medida que nossa participação mundial e o entendimento entre as nações seja fortalecido, respeitado e aceito.

Conclusão

Tendo em vista o exposto, verifica-se que a presença militar dos EUA na região gera diversos reflexos para o Brasil, dando margem às seguintes conclusões.

No campo político, ela exige esforços do Governo brasileiro para estreitar o relacionamento e a cooperação com os países da região, a fim de possibilitar a almejada liderança regional. Além disso, abre oportunidades para acordos de cooperação com os EUA, que podem ser benéficos para o Brasil.

No campo militar, a referida presença impõe ao Brasil a elevação de seus níveis de adestramento e o fomento à indústria bélica nacional. Por outro lado, abre a oportunidade de estabelecer parcerias e trocar experiências por meio de exercícios combinados. Além disso, é interessante frisar que, diante dos pressupostos da Doutrina Monroe e do TIAR, o Brasil conta com o apoio norte-americano em caso de agressão por país não americano. Convém lembrar, no entanto, que isso não foi suficiente para os argentinos na Guerra das Malvinas (1982).

No campo econômico, conclui-se que a presença militar dos EUA na região demanda maior competitividade e desenvolvimento da indústria de defesa brasileira. Em contrapartida, há grandes oportunidades para parcerias, que podem contribuir para a economia nacional, como no

caso da Boeing-EMBRAER, e na utilização do Centro de Lançamento de Alcântara, uma vez observadas as questões de soberania.

No campo psicossocial, os EUA possuem apoio de parte da sociedade, com algumas reservas de setores específicos em diversos países. Isso serve de estímulo e exemplo para que o Brasil dissemine mais seus valores, sua cultura e estabeleça programas de cooperação em diversas áreas, o que favorecerá sua natural liderança regional.

No campo científico-tecnológico, conclui-se que a presença militar norte-americana exige a manutenção dos programas brasileiros já existentes e investimento cada vez maior em pesquisa e desenvolvimento, para reduzir a defasagem tecnológica e possibilitar a projeção regional.

Assim sendo, chega-se à conclusão de que a presença militar atual dos Estados Unidos na América do Sul e Atlântico Sul produz significativos reflexos para o Brasil. Alguns deles podem ensejar boas oportunidades para o País. 

Referências

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A importância Geopolítica da América do Sul na Estratégia dos Estados Unidos**. Revista da Escola Superior de Guerra. Vol. 24. Rio de Janeiro, 2008. pp. 7-35.

LOPES, Paulo Sérgio Maturana. **A Importância do Atlântico Sul, como Zona Geoestratégica Brasileira – Reflexos para a Defesa**. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro: 2017.

MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. **Geopolítica e Introdução ao Estudo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Sicurezza, 2006. 226 p.

SCHILLING, Voltaire. **Estados Unidos e América Latina – da Doutrina Monroe à ALCA**. 5. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002. 133 p.

SIGNORINI, Ricardo Luiz Loureiro. **A Atuação dos EUA na Colômbia e a sua Presença em Outros Países da América do Sul: Reflexos para o Brasil**. Dissertação de Mestrado – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2004.